



# Pelo direito a ser professor/a!



Aos Professores e Educadores,

**É tempo de voltarmos a lutar pela profissão e pelo ECD!**

**Contra a municipalização dos professores; em defesa da grelha salarial específica; pela escola pública, contra a privatização!**

Colega,

O governo espera sempre pelo período de férias para impor medidas que, a concretizarem-se, levarão a alterações profundas no sistema educativo e na vida dos docentes.

## **PROFESSORES NAS CÂMARAS**

Segundo notícias que têm sido muito divulgadas, o governo estará a negociar com alguns municípios a transferência de mais responsabilidades em matéria de Educação e, no conjunto, surge já a intenção de também transferir docentes que passariam a ser funcionários das câmaras municipais. ***O governo prevê ainda que as câmaras que conseguirem reduzir o número de docentes abaixo do considerado necessário na área geográfica que administram serão premiadas com uma verba de 12.500 euros por cabeça, o que pode gerar um autêntico movimento de “caça ao professor”, pois o seu abate passará a render dinheiro a municípios que, como se sabe, vivem grandes dificuldades financeiras.*** As propostas do governo preveem outras medidas de transferência de competências, designadamente em aspetos de ordem pedagógica que deverão ser assumidos pelos órgãos das escolas, no âmbito da sua autonomia.

## **SALÁRIOS COM TABELA ÚNICA PARA TODA A FUNÇÃO PÚBLICA**

Simultaneamente, o governo apresentou uma proposta aos Sindicatos da Administração Pública, visando criar uma **TRU – Tabela Remuneratória Única** que, no dia seguinte à sua entrada em vigor (que o governo prevê para agosto) retiraria, entre outros, os professores das grelhas salariais previstas no ECD, transferindo-os para esta tabela geral.

A exigência de um Estatuto de Carreira Docente é anterior a 25 de Abril de 1974. Os professores conseguiram-no, a partir de 1989, com a aprovação de uma grelha salarial fora do regime geral (até aí eram as fases e as letras da Função Pública) e, no ano seguinte, foi aprovado o seu primeiro ECD. Foram depois as lutas pela contagem integral do tempo de serviço, pelo acesso de todos ao topo da carreira (que era condicionado por uma candidatura ao 8.º escalão) e, em 1998, pela integração da grelha no próprio ECD. Ganhámos sempre essas lutas! Em 2008, mais uma vez lutámos e derrotámos a divisão da carreira em categorias.

Chegados a 2014, o **governo quer dar uma forte machadada no ECD**. Nesse sentido, pretende regressar à tabela única, extinguindo a grelha salarial autónoma dos docentes e, atrás disso, acabar com o que restar do ECD. Ou seja, recuar mais de 25 anos.

Com a TRU, o governo pretende ainda impedir as progressões previstas e, segundo a proposta de lei, desvalorizar as carreiras dos docentes das escolas públicas, aplicando-lhes o que considera os valores praticados no mercado. Convém acrescentar que à aprovação desta TRU não é alheia a intenção de **passar para o setor privado muitas das respostas educativas que hoje são públicas**, pretendendo o governo, para esse efeito, embaratecer a mão-de-obra qualificada, que é a dos docentes.

## GOVERNO REFORÇA MEDIDAS PARA PRIVATIZAR

Este processo de **privatização** está previsto no guião para a reforma do Estado, que Paulo Portas apresentou, prevendo-se a sua concretização até 2015. Nele constam a criação das chamadas “*escolas independentes*”, a proliferação de novos *contratos de associação* com colégios e a aplicação do “*cheque-ensino*”.

## UM ATAQUE SEM FIM COM VARIADAS FRENTES

E são ainda mais, e gravíssimos, os problemas que, nesta transição de ano escolar, se estão a abater sobre os professores e as escolas: o próximo será o ano em que se prevê que haja professores a serem afastados para a **mobilidade especial** e o número de horários-zero que, dentro de dias, se conhecerá será já um indicador; o governo, indiferente à decisão do Tribunal Constitucional, quer continuar a **cortar parte do salário** a que temos legalmente direito; será o ano em que cerca de 2.500 professores recentemente integrados nos quadros, independentemente do seu tempo de serviço, **se manterão no 1.º escalão** da carreira; será um ano com mais cortes na Educação que se refletirão negativamente na capacidade de **funcionamento das escolas** e nas **condições de trabalho** de docentes e estudantes; será o ano em que o MEC quer remeter as escolas públicas para um **ensino de qualidade inferior** (vias vocacionais duais); será o ano em que instituições de ensino superior irão promover  **cursos superiores que não conferem grau académico**; será o ano em que o MEC, suportado num estudo que encomendou a um grupo de trabalho, quer dar um **golpe ainda maior na Educação Inclusiva**, apostando na separação e na ausência de apoios adequados aos alunos.

Colegas,

Não podemos ficar de braços cruzados a assistir a esta disparatada espiral de medidas que irão sufocar a Escola Pública e a nossa Profissão. As medidas apresentadas pelo governo afetam muito a vida dos professores (profissional e pessoal) e, a concretizarem-se, constituirão uma forte machadada na qualidade da Escola Pública, cuja matriz democrática é seriamente ferida. O apelo que fazemos é que, ainda que o tempo apele a algum descanso após um ano tão difícil e cansativo como o que tivemos, encontremos forças para manifestarmos o nosso protesto e as nossas exigências. Encontremos forças para travarmos as políticas que o governo está a levar por diante e para dizermos que **não admitimos a mentira** como forma de governar, o **desrespeito** como forma de relacionamento e a **destruição** como forma de fazer política.

**Queremos ser Professores e temos esse direito! Dia 16, vamos afirmá-lo de forma a que sejamos ouvidos pelos governantes.**

**16 DE JULHO**

**ENCONTRO NACIONAL  
“PELO DIREITO  
A SER PROFESSOR!”**

(Fórum Lisboa, na Avenida de Roma,  
com deslocação no final para o MEC)

